

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

Edição nº 257

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Avisos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contrato e convênios.....7

Editais.....8

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....8

CONSELHO SUPERIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Edital.....15



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 257

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

AVISO Nº 83/2009-PGJ

Cientifico que, a Procuradora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA –GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
6888-0900/09-0	1121	Agência de Desenvolvimento Econômico Social da Região do Planalto Médio – Programa Yacamim - Carazinho	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
7071-0900/09-1	1132	Brigada Militar de Eldorado do Sul	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
7078-0900/09-0	1131	1ª Delegacia de Polícia de Rio Grande	Mobiliário e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
7080-0900/09-0	1130	Brigada Militar – 6º Batalhão de Polícia Militar de Rio Grande	Mobiliário e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
13379-0900/08-7	1018	Defensoria Pública de Palmares do Sul	Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

BENHUR BIANCON JÚNIOR,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 377/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRICULA	AVANCO	DATA BASE
CARINA CORDEIRO BELLO	14968410	01	14/08/2009
CARLOS ALBERTO WASEM	14963108	03	12/08/2009
FRANCIELI SOARES DA FONSECA	14962217	02	29/08/2009
ROVENA ZANCHET	14962101	02	22/08/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de agosto para os funcionários do quadro de Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da lei 10.530/95 (3%), conforme aviso emitido pelo Banco de Dados de Pessoal (RPJ), para pagamento automático.

BOLETIM Nº 378/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRICULA	AVANCO	DATA BASE	DATA REQ.
LUIZ FERNANDO MUNOZ ALVES	14647796	01	22/05/2009	***

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de agosto para os funcionários do quadro de Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da lei 10.530/95 (3%), conforme aviso emitido pelo Banco de Dados de Pessoal (RPJ).



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 257

BOLETIM Nº 379/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRICULA	AVANCO	DATA BASE
ADAIR GREGORIO	14962268	02	31/08/2009
ADRIANA DOS SANTOS NUNES	14968347	01	12/08/2009
ALINE RODRIGUES DE LATORRE	14962020	02	11/08/2009
ANDRE HEIDRICH MOUI	14961458	02	19/08/2009
ANDRESA AMPESSAN STANKIEWICZ	14968363	02	28/08/2009
BARBARA CRISTINE HOLENBACH	14953587	03	14/08/2009
CARLOS EDUARDO EBLING	14962098	02	22/08/2009
CICERO SALDANHA DYONISIO	14968495	01	28/08/2009
CLAUDIA DA COSTA SITTONI	14968274	01	08/08/2009
CRISTIANE BECKER	14962039	02	15/08/2009
DANIEL CIOCHETTA	14962160	02	26/08/2009
DEBORA BECKER ANTUNES XAVIER	14968398	01	19/08/2009
DEBORA REMONTI DOS SANTOS	14955920	03	17/08/2009
DENISE AIDE AITA DE CESARO	14968355	01	12/08/2009
DENISE DINIZ DE CASTRO	14968479	01	26/08/2009
DIRCEU ANTONIO STRAPASSON	14967146	05	28/08/2009
EDER MOTA GOMES	14968452	01	27/08/2009
EDUARDO DA SILVA MATOS	14953560	03	15/08/2009
ELISA SIMONETTI	14961911	02	08/08/2009
ERONITA SIMAO FILHA	14964031	10	29/08/2009
FABIO CANDIAGO	14968320	01	07/08/2009
FERNANDO KRUEL NOGUEIRA	14968509	01	29/08/2009
GUNTHER ALBERT RECH CHAVES	14961881	02	01/08/2009
JACQUELINE SCHELEDER DANTAS	14967847	02	08/08/2009
JOAO CARLOS ORGUIM DA SILVA	14968444	01	21/08/2009
JULIE GIESLER ZAMPERETE	14962209	02	30/08/2009
LARISSA BRASIL ULLRICH	14951894	05	13/08/2009
LARISSA LECEY	14962055	02	15/08/2009
MARCIO ROGERIO FLOR DOS SANTOS	14607433	03	13/08/2009
MARCOS MANOEL VEIGA DOS SANTOS	14960184	04	30/08/2009
MARIA BERNADETTE DE MORAES MEDEIROS	14956101	04	03/08/2009
MILTON HERBER JUNIOR	14024446	03	13/08/2009
PAULA DENGGO SCOPEL LOF	14953625	03	25/08/2009
REJANE FATIMA BRESCIANI TODERO	14962080	02	19/08/2009
RENATA FERREIRA VIGNOCHI	14953595	03	14/08/2009
ROBERTO LORO CEZIMBRA	14968487	01	26/08/2009
ROBINSON CAVALCANTI DE OLIVEIRA	14961954	03	15/08/2009
RONALDO DE AZEVEDO E SOUZA	14961920	02	05/08/2009
SANDRA REGINA DIAS CASTIGLIA	14950227	05	24/08/2009
SILVIA CHAGASTELLES SALOMAO WAIZMAN	14968312	01	07/08/2009
SILVIO CORREA DA SILVA	13097636	01	06/08/2009
SOLI FANTINEL	14968304	01	07/08/2009
VANESSA MARODIN	14968339	01	12/08/2009
VIVIANE DE QUADROS MARTINS	14959305	04	15/08/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de agosto para os funcionários dos quadros de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da lei 10.530/95 (3%), conforme aviso emitido pelo Banco de Dados de Pessoal (RPJ), para pagamento automático.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 257

BOLETIM Nº 380/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRICULA	AVANCO	DATA BASE	DATA REQ.
ALISSON AMSBERG CALAZANS	14972549	01 e 02	22/06/2009	20/07/2009
FABIANO MARQUES	14517396	01	21/05/2009	***
HEITOR SCHULTE	14972360	01 a 03	01/06/2009	06/07/2009
MARCIO RICARDO MIELKE	14971631	01 e 02	02/03/2009	***
PAULO SERGIO CARVALHO	13525670	01 a 05	01/06/2009	***
ROBERTO TONETTO	14965909	03	18/05/2009	14/07/2009
RODRIGO BENDER MOREIRA	14952181	05	01/07/2009	18/06/2009
SIBELI AMADOR DE AZEREDO	14971534	01 e 02	02/03/2009	16/07/2009
VAINER VILLANOVA FONTELA	14972344	01	30/07/2009	23/07/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de agosto para os funcionários dos quadros de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da lei 10.530/95 (3%), conforme aviso emitido pelo Banco de Dados de Pessoal (RPJ).

BOLETIM Nº 381/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRICULA	AVANCO	DATA BASE
CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA	14950421	06	02/08/2009

NOME	MATRÍCULA	LICENÇA-PRÊMIO/QUINQ
ADRIANO FISCHER DA SILVA	14965020	29/07/2004 A 27/07/2009
JALHESA BARROSO PEREIRA HAESBAERT	14964970	21/07/2004 A 19/07/2009
LUCAS BELMONTE MELLO	14965003	28/07/2004 A 26/07/2009
ROZANE TEREZINHA COSTA DA SILVA	14952262	04/07/2004 A 02/07/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de agosto para os funcionários do quadro de Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Banco de Dados de Pessoal (RPJ), para pagamento automático.

BOLETIM Nº 382/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRICULA	AVANCO	DATA BASE	DATA REQ.
CATARINA GOMES	14972441	02 a 04	01/06/2009	30/06/2009
CATARINA GOMES	14972441	05	01/06/2009	03/08/2009

NOME	MATRICULA	ADICIONAL	DATA BASE	DATA REQ.
CATARINA GOMES	14967146	15	01/06/2009	03/08/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de agosto para os funcionários do quadro de Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Banco de Dados de Pessoal (RPJ).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 257

BOLETIM Nº 383/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRÍCULA	LICENÇA-PRÊMIO/QUINQ
FERNANDA SOARES PEREIRA	14144980	12/07/2004 A 10/07/2009
GISELE MULLER MONTEIRO	14952300	01/08/2004 A 30/07/2009
LISIANE VILLAGRANDE VERÍSSIMO DA FONSECA	14952335	01/08/2004 A 30/07/2009
MARLY RAPHAEL MALLMANN	20935307	27/07/2004 A 25/07/2009
MAURO ROCHA DE PORCHETTO	12659843	28/07/2004 A 26/07/2009
RICARDO VAZ SEELIG	12053457	28/07/2004 A 26/07/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de agosto para os membros do Ministério Público, conforme aviso emitido pelo Banco de Dados de Pessoal (RPJ), para pagamento automático.

BOLETIM Nº 384/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRÍCULA	AVANCO	DATA BASE
ADRIANA LAC ROEHE MANDELLI	12350923	09	17/08/2009
DALVA REGINA MARX	12941964	06	27/08/2009
DEOCLIDES JOSE CAMPIONI	12920940	06	16/08/2009
ILSI MARA MARQUES GARCEZ	12976920	07	30/08/2009
JOSE INACIO MIRANDA GARCIA	14962314	05	03/08/2009
JULIA ORGUIM DA SILVA	14952149	08	30/08/2009
MARIA BEATRIZ DAUDT KOKOT	13437143	05	28/08/2009
MERI REJANE FIGUEIRA RODRIGUES	12970620	06	28/08/2009
RENAN RICARDO FREITAS	13486870	08	17/08/2009
SERGIO BIER	13811290	08	10/08/2009
WLADIMIR ZIMMERMANN	12533092	10	31/08/2009

NOME	MATRÍCULA	ADICIONAL	DATA BASE
DIRCEU ANTONIO STRAPASSON	14967146	15	28/08/2009
JOSE INACIO MIRANDA GARCIA	14962314	15	03/08/2009
JUAREZ SILVA DA SILVA	12942448	25	08/08/2009
LARISSA BRASIL ULLRICH	14951894	15	13/08/2009
MARIA BEATRIZ DAUDT KOKOT	13437143	15	28/08/2009
SANDRA REGINA DIAS CASTIGLIA	14950227	15	24/08/2009

NOME	MATRÍCULA	LICENÇA-PRÊMIO/QUINQ
ANDRE JACO SCHNORRENBERGER	14062690	03/07/2004 A 01/07/2009
CARMEN JUCINARA DA SILVEIRA	12679127	17/07/2004 A 15/07/2009
CICERO ALVES TOCHETTO	12952672	18/07/2004 A 16/07/2009
CLAUDIA VINCENSI DUARTE	14631067	21/07/2004 A 19/07/2009
CRISTIANO ROBERTO DE SOUZA	14965046	02/08/2004 A 31/07/2009
GIOVANI GUALDI	14965038	02/08/2004 A 31/07/2009
GUINTER D ANDREA LOWENHAUPT	13417541	15/07/2004 A 13/07/2009
ISABEL LUCCHESI	14964953	20/07/2004 A 18/07/2009
LEO MARIO HEIDRICH LEAL	14964910	09/07/2004 A 07/07/2009



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 257

LEONARDO DUMKE BUSATTO	14965011	26/07/2004 A 24/07/2009
LUIZ CARLOS SIPRIANO MACHADO	12052868	28/07/2004 A 26/07/2009
MARCIA DA COSTA TEIXEIRA	14964945	19/07/2004 A 17/07/2009
MARTA REGINA MORONI RAMELLA	14964988	23/07/2004 A 21/07/2009
SANDRA REGINA ANDREATA	12146293	30/07/2004 A 28/07/2009
SOFIA VANESSA MAYRHOFER	14964929	05/07/2004 A 03/07/2009
VERA MARIA BLOS	13417223	10/07/2004 A 08/07/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de agosto para os funcionários dos quadros da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Banco de Dados de Pessoal (RPJ), para pagamento automático.

BOLETIM Nº 385/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRICULA	AVANCO	DATA BASE	DATA REQ.
MARILAINE FRAGA PINTO	14972131	01 a 05	06/05/2009	***

NOME	MATRICULA	ADICIONAL	DATA BASE	DATA REQ.
MARILAINE FRAGA PINTO	14972131	15	06/05/2009	***
PAULO SERGIO CARVALHO	13525670	15	01/06/2009	***
RODRIGO BENDER MOREIRA	14952181	15	01/07/2009	18/06/2009

NOME	MATRICULA	LICENÇA-PRÊMIO/QUINQ
CARLA DE ALMEIDA GARDELIN	14960389	25/03/2003 A 22/03/2008

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de agosto para os funcionários dos quadros da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Banco de Dados de Pessoal (RPJ).

BOLETIM Nº 386/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RETIFICAR

- o Boletim nº 320/09, publicado no DEMP de 07 de julho de 2009, referente à concessão de vantagens:

Para onde se lê,

NOME	MATRICULA	AVANCO	DATA BASE	DATA REQ.
CATARINA GOMES	14972441	01	04/06/2009	01/06/2009

Leia-se,

NOME	MATRICULA	AVANCO	DATA BASE	DATA REQ.
CATARINA GOMES	14972441	01	01/06/2009	30/06/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 257

BOLETIM Nº 391/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a pedido, o Dr. LEONEL PIRES OHLWEILER, a contar do dia 10 de agosto de 2009, do cargo de Procurador de Justiça, em virtude de exercer o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Port. 2430/09).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

BENHUR BIANCON JUNIOR

Chefe de Gabinete.

APOSTILA

PROCESSO Nº 8405-09.00/06-5

A DIRETORA-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o expediente de nº 8405-09.00/06-5, para fazer constar que o Contrato de Prestação de Serviços, celebrado com a empresa Thyssenkrupp Elevadores S/A, que tem como objeto a conservação e a assistência técnica de 08 (oito) elevadores da marca Thyssenkrupp, instalados no prédio do Ministério Público Estadual da cidade de Porto Alegre/RS, localizado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, será reajustado, a contar de 17 de julho de 2009, conforme dispõe a Cláusula IX, item 01, do ajuste, aplicando-se a variação dos últimos 12 (doze) meses do IGP-M, de 1,52%, passando a vigorar o valor mensal de R\$ 9.571,53 (nove mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 3339-09.00/09-1 CONVITE Nº 03/09

CONTRATADA: CONSTRUTORA CONSTRUFAPZ LTDA.; **OBJETO:** complementação do item 2.2 do Contrato AJDG nº 30/09: "2.2.1 – o valor total apresenta a seguinte composição: a) material: R\$ 82.093,49; b) mão-de-obra: R\$ 29.446,87"; acréscimo de valores ao Contrato AJDG nº 30/09; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.674,11; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de agosto de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE BENS MÓVEIS

PROCESSO Nº 7786-09.00/07-8

PREGÃO Nº 21/07

CONTRATADA: TRANSPORTES MAUÁ LTDA.; **OBJETO:** prorrogar, por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 15 de agosto de 2009, o Contrato AJDG nº 81/07; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de agosto de 2009.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,

Subdiretor-Geral.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

PROCESSO Nº 9821-09.00/07-6

PREGÃO Nº 18/08

CONTRATADA: GUSSIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. **OBJETO:** acréscimo de 02 postos de trabalho, nas cidades de Soledade e Canoas, totalizando o valor de R\$ 2.505,00; supressão de 04 postos de trabalho, nas cidades de Espumoso, Portão e Porto Alegre, totalizando o valor mensal de R\$ 3.945,00; em decorrência o valor mensal do contrato sofrerá redução de R\$ 1.440,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de agosto de 2009.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,

Subdiretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº PR.00686.00558/2008-9

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Rede Ambiental do Rio dos Sinos, e a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN. **OBJETO:** O estabelecimento de cooperação mútua entre o Ministério Público e a CORSAN, na articulação administrativa, técnica e operacional, no planejamento e na elaboração de projetos e desenvolvimento de atividades sanitário-ambientais no Estado do Rio Grande do Sul, em especial na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 11-08-2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de agosto de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



EDITAL N° 294/2009

Prorrogação dos prazos de eficácia do concurso público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal,

Resolve:

ART. 1º - Prorrogar, por mais 01 (um) ano, o prazo de eficácia do concurso público para provimento dos cargos de Secretário de Diligências, Classe "M", homologado em 15/08/2008, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

ART. 2º - O prazo de prorrogação deverá ser contado a partir do dia seguinte ao término de validade do referido concurso.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N° 18/2009 - CAOCÍVEL

COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, N°10/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente em alienação de bem público sem o correspondente processo licitatório, por parte do Poder Executivo de Município.

2) Inquérito Civil, N°06/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, com a finalidade de averiguar a contratação irregular de professores por Prefeito de Município.

3) Inquérito Civil, N°08/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, com a finalidade de averiguar irregularidades no concurso público para o cargo de motorista de Prefeitura Municipal.

4) Inquérito Civil, N°102009, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, com a finalidade de averiguar irregularidades no Plano Diretor de Município.

5) Inquérito Civil, N°09/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, da Promotoria de Justiça de Tapera, com a finalidade de apurar possível irregularidade na aquisição de imóvel por Município.

6) Inquérito Civil, N°123/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar a possível ocorrência por ato de improbidade administrativa por discriminação e perseguição política contra servidor municipal.

7) Inquérito Civil, N°06/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo José da Costa Petry, da Promotoria de Justiça de Nonoai, com a finalidade de averiguar Irregularidades em eleição para direção de Escola Municipal.

8) Inquérito Civil, N°09/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Schinestsck Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul, com a finalidade de averiguar eventual irregularidade em contrato mantido entre Prefeitura Municipal e empresa de transportes.

9) Inquérito Civil, N°10/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Schinestsck Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul, com a finalidade de apurar possível prática de atos atentatórios ao patrimônio público e/ou de improbidade administrativa.

em Porto Alegre, 13 de agosto de 2009.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N° 08/2009 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou as seguintes Portarias:

1) Inquérito Civil Público nº 00735.00009/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Campo Novo, em 25 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades e omissões quanto ao atendimento na área da saúde aos municípios de Braga.

2) Inquérito Civil Público nº 00737.00004/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Vera Regina Melatte Corino, da Promotoria de Justiça de Canela, em 09 de junho de 2009, tendo por finalidade a não concessão de desconto para idosos em atividades culturais e de lazer, em desrespeito ao art. 23, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).



3) Inquérito Civil Público nº 00748.00025/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 16 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar situação de vulnerabilidade social de pessoa portadora de sofrimento psíquico.

4) Inquérito Civil Público nº 00748.00032/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 17 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar situação de pessoa portadora de sofrimento psíquico, com mais ou menos 55 anos, sendo vítima de agressões físicas e maus-tratos pela irmã e cunhado.

5) Inquérito Civil Público nº 00748.115/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 03 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar negativa de realização de exame – MAPA -, pelo Sistema Único de Saúde, a paciente sequelada de AVC.

6) Inquérito Civil Público nº 00748.133/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 05 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar situação de risco social de A.V.G., pessoa portadora de sofrimento psíquico, por negligência do pai, Sr. F.S.G.

7) Inquérito Civil Público nº 00748.134/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade assegurar uso adequado de medicamentos e seguimento do tratamento psiquiátrico a paciente com quadro de pensamento delirante de cunho perceptório.

8) Inquérito Civil Público nº 00748.138/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 18 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar demora no fornecimento de prótese de mascaramento para surdez.

9) Inquérito Civil Público nº 00748.139/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 18 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar falta/irregularidade na dispensação do medicamento excepcional Isotretinoína.

10) Inquérito Civil Público nº 00748.00140/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 24 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar inclusão de paciente para recebimento do medicamento "Betainterferona", em Caxias do Sul, sem que essa paciente faça uso do medicamento (inclusão vinculada a ação judicial ajuizada pelo Ministério Público - investigação de possível fraude ou erro na inclusão).

11) Inquérito Civil Público nº 00748.141/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 18 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar necessidade de internação de pessoa alcoolatra; ausência de familiar capaz que se responsabilize. seu filho tem apenas 15 anos e sua esposa está internada na clínica Paulo Guedes.

12) Inquérito Civil Público nº 00748.142/2009 – instaurado

pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 18 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar irregularidades na UERGS, Unidade de Caxias do Sul, ocasionados pela falta de professores, pelo não oferecimento de disciplinas e pelo não cumprimento de carga horária.

13) Inquérito Civil Público nº 00748.143/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 18 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar situação de risco social de pessoa portadora de necessidades especiais.

14) Inquérito Civil Público nº 00748.144/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 23 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar fiscalização de cronograma de adaptação de toda a frota da(s) empresa(s) de transporte público urbano até o ano de 2014, nos termos do art. 38, § 3º, do decreto 5.296/2004.

15) Inquérito Civil Público nº 00748.147/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 24 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar abandono de paciente em hospital. paciente com alta hospitalar.

16) Inquérito Civil Público nº 00748.148/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 24 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar fiscalização de instituições de longa permanência para idosos – ILPI (casa asilar). violação ao Estatuto do Idoso e a normas sanitárias.

17) Inquérito Civil Público nº 00748.149/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 25 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar necessidade de fisioterapia e negligência dos familiares de pessoa sequelada por AVC.

18) Inquérito Civil Público nº 00748.167/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 06 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar suposta situação de risco de pessoas portadoras de necessidades especiais.

19) Inquérito Civil Público nº 00748.169/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 06 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar negativa em receber paciente com alta hospitalar pelos seus familiares.

20) Inquérito Civil Público nº 00748.171/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 06 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar situação de risco social de pessoa portadora de necessidades especiais.

21) Inquérito Civil Público nº 00748.172/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 14 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar a situação de portadores de sofrimento psíquico que se recusam a se submeter a tratamento.



22) Inquérito Civil Público nº 00748.175/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 24 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar situação de risco social de Adair João Sherner, pessoa adulta, com 54 anos, portador de doença incapacitante, com risco de falta de moradia e cuidados.

23) Inquérito Civil Público nº 00748.185/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 28 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar negligência de cuidados e moradia com A. M. O., pessoa portadora de sofrimento psíquico.

24) Inquérito Civil Público nº 00755.00001/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, em 01 de julho de 2009, tendo por finalidade promover o atendimento das diretrizes de proteção dos portadores de necessidades especiais, no município de Cruz Alta.

25) Inquérito Civil Público nº 00755.00002/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, em 01 de julho de 2009, tendo por finalidade promover o atendimento das diretrizes de proteção dos portadores de necessidades especiais, no município de Cruz Alta.

26) Inquérito Civil Público nº 00757.00009/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Wilson Luís Grezzana, da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos, em 16 de julho de 2009, tendo por finalidade participar do processo que tem por mira estimular e propiciar proteção integral, inclusão e acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência e altas habilidades e, em especial, a criação dos Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, em todos os Municípios da Comarca, Dois Irmãos, Morro Reuter e Santa Maria do Herval.

27) Inquérito Civil Público nº 00768.00062/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de acessibilidade universal em prédios privados comerciais e outros com grande circulação de pessoas e em passeios públicos no Município de Esteio, bem como a falta de fiscalização do Poder Público.

28) Inquérito Civil Público nº 00773.00011/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, em 12 de março de 2009, tendo por finalidade apurar sobre o Programa de Saúde da Família de Feliz.

29) Inquérito Civil Público nº 00773.00012/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, em 12 de março de 2009, tendo por finalidade apurar sobre o Programa de Saúde da Família de Alto Feliz.

30) Inquérito Civil Público nº 00773.00013/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, em 12 de março de 2009, tendo por finalidade apurar sobre o Programa de Saúde da Família de Vale Real.

31) Inquérito Civil Público nº 00773.00015/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, em 12 de março de 2009, tendo por finalidade apurar sobre o Programa de Saúde da Família de São Vendelino.

32) Inquérito Civil Público nº 00776.00035/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, em 05 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar denúncia da falta de acessibilidade e de lugares preferenciais para deficientes no Restaurante e Café Luna Park.

33) Inquérito Civil Público nº 00776.00036/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, em 05 de agosto de 2009, tendo por finalidade apurar denúncia da falta de acessibilidade e de lugares preferenciais para deficientes no Restaurante S.C.C.A., consoante requerimento anexo encaminhado pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos.

34) Inquérito Civil Público nº 00790.00007/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Herval, em 08 de julho de 2009, tendo por finalidade de promover diligências investigatórias acerca da prestação de serviços óticos sem a presença de profissional habilitado e da venda casada de óculos pelas empresas K. e B., realizada no Município de Herval.

35) Peças de Informação nº 00811.00004/2009 – instauradas pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, da Promotoria de Justiça de Nonoai, em 20 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar falta de atendimento no Hospital Comunitário de Nonoai em horário de plantão.

36) Inquérito Civil Público nº 01211.00010/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 29 de junho de 2009, tendo por finalidade verificar suposta irregularidade no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde residentes nas proximidades do Posto de Saúde do Bairro Glória, nesta cidade, em razão do zoneamento definido pela Secretaria Municipal da Saúde.

37) Inquérito Civil Público nº 01211.00011/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 30 de junho de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.F.V.E.).

38) Inquérito Civil Público nº 01211.00014/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 06 de julho de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.F.S.).

39) Inquérito Civil Público nº 01211.00015/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 06 de julho de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.I.S.M.).



40) Inquérito Civil Público nº 01211.00016/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 06 de julho de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.I.A.D.).

41) Inquérito Civil Público nº 01211.00017/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 17 de julho de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.I.C.C.).

42) Inquérito Civil Público nº 01211.00019/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Osório, em 04 de agosto de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.E.B.P.M.).

43) Inquérito Civil Público nº 01211.00020/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Osório, em 04 de agosto de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.E.F.P.M.P.).

44) Inquérito Civil Público nº 01211.00021/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Osório, em 04 de agosto de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.E.F.C.P.J.).

45) Inquérito Civil Público nº 01211.00022/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Osório, em 04 de agosto de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.E.F.M.L.).

46) Inquérito Civil Público nº 01211.00023/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Osório, em 04 de agosto de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.E.F.G.O.).

47) Inquérito Civil Público nº 01211.00024/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Osório, em 04 de agosto de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.E.M.M.T.V.C.).

48) Inquérito Civil Público nº 01211.00025/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Osório, em 04 de agosto de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.E.M.I.S.L.).

49) Inquérito Civil Público nº 01211.00026/2009 – instaurado

pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Osório, em 04 de agosto de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E.E.E.M.A.).

50) Inquérito Civil Público nº 00821.00003/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Mário Luiz Guadagnin, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, em 09 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar eventuais irregularidades decorrentes do funcionamento da entidade terapêutica S.S.C.R., em Passo Fundo

51) Inquérito Civil Público nº 00827.00008/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, em 02 de julho de 2009, tendo por finalidade averiguar a compra de medicamentos para o Sistema Único de Saúde.

52) Inquérito Civil Público nº 00943.00009/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, em 04 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar melhorias quanto à acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência no serviço público de Portão.

53) Inquérito Civil Público nº 00943.00013/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, em 17 de junho de 2009, tendo por finalidade fomentar políticas públicas no sentido de prevenir o consumo de crack na Comarca de Portão, objetivando a atuação integrada e em rede das autoridades.

54) Inquérito Civil Público nº 01128.0025/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 07 de abril de 2009, tendo por finalidade investigar as condições de atendimento aos idosos lá residentes.

55) Peças de Informação nº 01128.00034/2009 – instauradas pelo Promotor de Justiça Luís Antônio Portela, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 22 de abril de 2009, tendo por finalidade investigar o tratamento oferecido aos portadores de distrofia muscular no Estado e Município.

56) Inquérito Civil Público nº 01128.0074/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 01 de julho de 2009, tendo por finalidade averiguar o atendimento dispensado ao paciente A. R. R. S. pelo Hospital Vila Nova.

57) Inquérito Civil Público nº 01128.0078/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Míriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 18 de junho de 2009, tendo por finalidade averiguar situação de grave e iminente risco de violação ao Direito Humano à alimentação adequada dos Povos indígenas do Rio Grande do Sul, em razão da ausência de repasse, pelo Governo do Estado, de recurso que contempla a segurança alimentar indígena, cuja origem remonta a empréstimo efetuado junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, verba esta destinada ao Combate à pobreza rural.



58) Inquérito Civil Público nº 01128.00080/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 25 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo pelas dificuldades administrativas no Módulo de Assistência Social Ilhas consistentes em falta de funcionário administrativo, falta de instalação dos computadores e de rede.

59) Inquérito Civil Público nº 01128.0081/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Míriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 8 de julho de 2009, tendo por finalidade averiguar possíveis condutas racistas e incitação ao racismo, ocorridas no dia 29 de junho de 2009, entre 10h e 11h30min, em programa veiculado na rádio BAND NEWS FM, bem como investigar possíveis condutas racistas por parte da torcida do Grêmio Foot Ball Porto Alegrense, em especial nos dias que antecederam e durante o jogo contra o Esporte Clube Cruzeiro pela Copa Libertadores da América, realizado no dia 2 de julho de 2009.

60) Inquérito Civil Público nº 01128.0083/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Míriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 14 de maio de 2009, tendo por finalidade averiguar o descumprimento do artigo 3º, Parágrafo Único, inciso I, do Estatuto do Idoso, na Unidade Básica de Saúde Jardim Leopoldina, localizada no Bairro Jardim Leopoldina, nesta capital.

61) Inquérito Civil Público nº 01128.0084/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Míriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 01 de abril de 2009, tendo por finalidade averiguar possível discriminação contra obesos ocorrida durante a programação transmitida na Rádio Eldorado FM 96.

62) Inquérito Civil Público nº 01128.0085/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Míriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 02 de julho de 2009, tendo por finalidade averiguar a existência de políticas públicas municipais, inclusive de integração e lazer, para os idosos moradores da Vila Pinto, nesta Capital.

63) Inquérito Civil Público nº 01128.0086/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Antônio Portela, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 02 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades no Serviço de Atendimento Móvel – SAMU.

64) Inquérito Civil Público nº 01128.0087/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 07 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar as péssimas condições de conservação e atendimento aos idosos residentes em estabelecimento em Porto Alegre.

65) Peças de Informação nº 01128.00089/2009 – instauradas pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Pro-

motoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 10 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar potencial dano difuso ou coletivo pela ofensa ao disposto no art. 306, § 1º, do Código de Processo Penal.

66) Inquérito Civil Público nº 01128.0091/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 16 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar potencial dano coletivo ou difuso aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência auditiva por não lhes ser facultada a tradução em LIBRAS do exame teórico para a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pelo DETRAN/RS.

67) Peças de Informação nº 01128.00093/2009 – instauradas pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 13 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar potencial dano difuso ou coletivo dos direitos humanos pela atuação irregular de Funerária no Município de Porto Alegre.

68) Inquérito Civil Público nº 01128.0094/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 24 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar as condições de atendimento dos serviços de saúde aos usuários que buscam aplicação de vacina contra febre amarela e outras doenças.

69) Peças de Informação nº 01128.00096/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 15 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar eventual dano ou risco de dano às pessoas com deficiência visual, em face da exigência, prevista no Edital n.º 01-2009 do Concurso Público para provimento de cargos do DETRAN/RS, de Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir quando da posse.

70) Peças de Informação nº 01128.00097/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 27 de julho de 2009, tendo por finalidade eventual falta de vagas para pessoas com deficiência no estacionamento do pátio interno do Estádio Olímpico em dias que ocorrem eventos desportivos.

71) Inquérito Civil Público nº 01128.0098/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 29 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de médicos no Pronto Atendimento L. P.

72) Inquérito Civil Público nº 01128.0099/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Antônio Portela, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 30 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis danos a direitos difusos e coletivos pela não efetivação do contrato/convênio entre os hospitais investigados e a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS.

73) Inquérito Civil Público nº 01128.0101/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Pro-



motoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 22 de julho de 2009, tendo por finalidade averiguar a existência de estabelecimento de ensino no Município de Porto Alegre e/ou no Estado com atendimento especializado para as pessoas com deficiência física e/ou mental, sem autonomia para as atividades pessoais diárias (inexistência de vagas às pessoas com deficiência em razão da idade).

74) Inquérito Civil Público nº 01217.0002/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a existência de recursos humanos e materiais para viabilizar o cumprimento da pena de Medida Educativa de Comparecimento a Programa ou Curso Educativo, prevista no inciso III, art. 28 da Lei nº 11.343/2006, ao dependente químico ou usuário de substância entorpecente.

75) Peças de Informação nº 01217.00003/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 10 de julho de 2009, tendo por finalidade investigar acerca do atraso e/ou da não apresentação dos presos nas audiências judiciais pela SUSEPE.

76) Peças de Informação nº 01217.00004/2009 – pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 05 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar acerca da existência de irregularidades nas condições de trabalho e segurança dos trabalhadores que realizam a faxina e coleta do lixo no Presídio Central de Porto Alegre.

77) Peças de Informação nº 01217.00005/2009 – pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 05 de agosto de 2009, tendo por finalidade investigar acerca da existência de irregularidades na distribuição e redução do número de fichas para visitas aos presos que estão no Presídio Central de Porto Alegre.

78) Inquérito Civil Público nº 01217.0008/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar acerca da continuidade da prestação de serviços de assistência social nos estabelecimentos prisionais sob a jurisdição da Vara de Execução Criminal de Porto Alegre em função da possível não renovação dos contratos emergenciais de prestação de serviços em vigor pelo Estado.

79) Inquérito Civil Público nº 00862.00007/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Nádia Baron Ricachenevsky, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 16 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar deficiência na Legislação Municipal que regula as atividades da Vigilância Sanitária no Município de Santa Cruz do Sul.

80) Inquérito Civil Público nº 00862.00008/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Nádia Baron Ricachenevsky, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 24 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar deficiência na fiscalização do cumprimento dos contratos firmados entre o Município

de Santa Cruz do Sul e Hospitais Santa Cruz, Ana Nery e Monte Alverne.

81) Inquérito Civil Público nº 00862.00009/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Nádia Baron Ricachenevsky, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 24 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar deficiência no controle do fornecimento e estoque dos medicamentos fornecidos e distribuídos pelo Município de Santa Cruz do Sul.

82) Inquérito Civil Público nº 00862.00010/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Nádia Baron Ricachenevsky, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 24 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar a possível emissão irregular de cartões SUS no Município de Santa Cruz do Sul.

83) Inquérito Civil Público nº 00862.00011/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Nádia Baron Ricachenevsky, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 24 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar eventual ineficiência do controle da jornada de trabalho dos médicos que prestam atendimento para o Município de Santa Cruz do Sul.

84) Inquérito Civil Público nº 00862.00014/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa Saldanha de Vargas, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 15 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar a notícia de irregularidades na entidade de atendimento ao idoso Casa Geriátrica Santa Rita.

85) Inquérito Civil Público nº 00873.00502/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 02 de julho de 2009, tendo por finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo administrador do Presídio Regional de Santo Ângelo, tendo em vista a denúncia de maus tratos e favorecimentos a apenados.

86) Inquérito Civil Público nº 00873.00009/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Flávio Eduardo de Lima Passos, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 03 de julho de 2009, tendo por finalidade a apuração de cobranças indevidas em internação pelo SUS.

87) Inquérito Civil Público nº 00873.00010/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Flávio Eduardo de Lima Passos, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 13 de julho de 2009, tendo por finalidade a apuração de cobranças indevidas em internação pelo SUS.

88) Inquérito Civil Público nº 00887.00037/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Guarise Barrios, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, em 13 de julho de 2009, tendo por finalidade de implementar medidas que poderão agilizar os atendimentos realizados as pessoas sob custódia da Brigada Militar e Polícia Civil, com o encaminhamento para o Posto Médico Legal e também ao Posto de Saúde do Município de São Jerônimo.

89) Inquérito Civil Público nº 00891.00015/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Cohab Duque, em São Leopoldo.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 257

90) Inquérito Civil Público nº 00891.00016/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Jardim América, em São Leopoldo.

91) Inquérito Civil Público nº 00891.00017/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Brás, em São Leopoldo.

92) Inquérito Civil Público nº 00891.00018/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Campestre, em São Leopoldo.

93) Inquérito Civil Público nº 00891.00019/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Vicentina, em São Leopoldo.

94) Inquérito Civil Público nº 00891.00020/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Parque Mauá, em São Leopoldo.

95) Inquérito Civil Público nº 00891.00021/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Baum, em São Leopoldo.

96) Inquérito Civil Público nº 00891.00022/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Santo André, em São Leopoldo.

97) Inquérito Civil Público nº 00891.00023/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde TRENSURB, em São Leopoldo.

98) Inquérito Civil Público nº 00891.00024/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Santos Dumont, em São Leopoldo.

99) Inquérito Civil Público nº 00891.00025/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009,

tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Rio Branco, em São Leopoldo.

100) Inquérito Civil Público nº 00891.00026/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde Rio dos Sinos, em São Leopoldo.

101) Inquérito Civil Público nº 00891.00027/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento da unidade básica de saúde dos Aposentados, em São Leopoldo.

102) Inquérito Civil Público nº 00891.00028/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a existência da infra-estrutura necessária de atendimento na Liga Feminina de Combate ao Câncer, em São Leopoldo.

103) Inquérito Civil Público nº 00891.00029/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 22 de junho de 2009, tendo por finalidade averiguar a possível irregularidade consistente no fato de o SEMAE interromper a adição de flúor no processo de tratamento da água que é consumida pela população do município de São Leopoldo.

104) Inquérito Civil Público nº 00891.00030/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 24 de junho de 2009, tendo por finalidade fiscalizar possíveis irregularidades na Unidade Básica de Saúde Cohab Feitoria - PSF, em São Leopoldo.

105) Inquérito Civil Público nº 00903.00002/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Jeane Schilling de Assumpção, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, em 29 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar as condições de funcionamento do Asilo P.R.

106) Inquérito Civil Público nº 00928.00020/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Maria Fernanda Cassol Moreira, da Promotoria de Justiça de Vera Cruz, em 31 de julho de 2009, tendo por finalidade apurar o atendimento prestado pelo Município de Vale do Sol e pelo Hospital Beneficente Vale do Sol nas especialidades de Clínica Geral, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, bem como o atendimento nas situações de urgência/emergência, considerando-se que a saúde municipal atende a população por meio de Gestão Plena de Atenção Básica.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de agosto de 2008.

FABIANO DALLAZEN,

Promotor de Justiça, Coordenador substituto do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.
De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 257

RETIFICAÇÃO BOLETIM 07/2009 – CAOURB

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, retifica, na página 7, onde se lê:

"34) Inquérito Civil nº 053/2009",

leia-se:

"34)

Inquérito Civil nº 053/2004,".

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL Nº 293/2009

FAÇO PÚBLICO QUE O EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, conforme previsto no artigo 15, inciso I, da Lei nº 8.625/93, irá elaborar lista sêxtupla para preenchimento de 01 (uma) vaga no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, na classe do Ministério Público, nos termos do artigo 94, caput, da Constituição Federal. Os membros do Ministério Público interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, § 1º do Provimento nº 33/2008, para manifestação por escrito neste sentido, conforme artigo 37, parágrafo 1º, do Regimento Interno do referido Conselho. (PR.00001.01070/2009-0)

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2009.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.